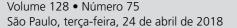
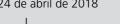
Sumário **Caderno Empresarial 2**

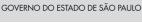
| BALANÇO | |
|----------------------------|---|
| CELTA HOLDINGS S.A. | 4 |
| SCOPUS INDUSTRIAL S.A. | 6 |
| SCOPUS SOLUÇÕES EM TI S.A. | 8 |
| TITANIUM HOLDINGS S.A | 2 |















Página 2

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52 Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

Senhores Acionistas Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Titanium Holdings S.A. (Companhia) registrou Lucro Líquido de R\$ 80.364 mil, fim de ajustar o valor do capital próprio da Sociedade que se mostra excessivo ás suas necessidades. Patrimônio Líquido de R\$ 482.244 mil, Ativos Totais de R\$ 545.316 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 53.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Em marco de 2017, a Companhia deliberou aumentar o Capital Social com emissão de novas acões no montante de R\$ 49.887 mil, elevando-o de R\$ 397.380 mil para R\$ 447.267 mil, em abril de 2017 com Reservas de Lucros - Estatutária no montante

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

de R\$ 1.450 mil, elevando-o de R\$ 447.267 mil para R\$ 448.717 mil.

Em setembro de 2017, a Companhia deliberou reduzir o Capital Social no montante de R\$ 439.405, diminuindo-o R\$ 448.717 ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. para R\$ 9.312, sem o cancelamento de ações, mediante a entrega aos acionistas, de investimentos de propriedade da Sociedade, a

Cidade de Deus, Osasco, 16 de abril de 2018.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários

Diretoria

| | BALANÇO PATRIM | ONIAL EM 31 D | E DEZEMBRO - Em Milhares de Reais | | | | | | | |
|---|----------------|---------------|--|---------|---------|--|--|--|--|--|
| ATIVO | 2017 | 2016 | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2017 | 2016 | | | | | |
| CIRCULANTE | 37.817 | 43.717 | CIRCULANTE | 45.139 | 52.623 | | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6) | 21.596 | 4.467 | Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16f) | - | 2.660 | | | | | |
| Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7) | 16.221 | 23.803 | Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11e) | 45.050 | 49.887 | | | | | |
| Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 15a) | - | 15.447 | Outras Obrigações | 89 | 76 | | | | | |
| NÃO CIRCULANTE | 507.499 | 865.140 | NÃO CIRCULANTE | 17.933 | 13.370 | | | | | |
| Realizável a Longo Prazo | 507.499 | 455.674 | Provisão para Impostos e Contribuições | 982 | 562 | | | | | |
| Valores a Receber (Nota 8) | 479.847 | 436.760 | Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10b) | 16.951 | 12.808 | | | | | |
| Depósitos Judiciais (Nota 10b) | 16.820 | 12.022 | | | | | | | | |
| Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e) | 5.039 | 2.512 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 482.244 | 842.864 | | | | | |
| Créditos Tributários (Nota 16c) | 5.793 | 4.380 | Capital Social (Nota 11a) | 9.312 | 397.380 | | | | | |
| Investimentos (Nota 9) | - | 409.466 | Reservas de Lucros (Nota 11d) | 472.932 | 447.018 | | | | | |
| | | | Outros Resultados Abrangentes | - | (1.534) | | | | | |
| TOTAL | 545.316 | 908.857 | TOTAL | 545.316 | 908.857 | | | | | |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis. | | | | | | | | | | |

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reai | is | | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de R | eais | |
|--|------------------------------|---------|---|-----------------------------|--------------------|
| | Exercícios fil 31 de deze | | | Exercícios fi 31 de deze | |
| RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS | 79.934 | 120.526 | Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9) | 36.009 | 68.107 | Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 79.934 | 120.526 |
| Resultado Financeiro (Nota 14) | 47.370 | 57.934 | Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos: | | |
| Despesas Tributárias (Nota 12) | (2.933) | (5.090) | Resultado de Equivalência Patrimonial | (36.009) | (68.107) |
| Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13) | (512) | (425) | Juros, variações Monetarias Liquidas e Outras | (44.908) | (56.677) |
| Despesas detais e Autilitiistiativas (Nota 13) | (312) | (423) | Provisão para Riscos Fiscais | 2.908 | 5.087 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 79.934 | 120.526 | Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos | 1.925 | 829 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16) | 430 | (6.480) | (Aumento)/Redução em Ativos Financeiros | 8.999 | (23.803) |
| | | , , | (Aumento)/Hedução em Ativos | (3.985) (7.938) | 20.596 (10.959) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 80.364 | 114.046 | Aumento/(Redução) em Obrigações Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | (4.144) | (7.567) |
| Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas | | | Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais | (5.143) | (20.904) |
| (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b) | | | Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: | (01110) | (=0.00.) |
| Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b) | 0,99 | 1,48 | Alienação de Investimentos | 361 | _ |
| | | | Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos | 21.911 | 19.550 |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Cor | ntabeis. | | Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos | 22,272 | 19.550 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares | de Reais | | Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos: | | .0.000 |
| | Exercícios fi | ndos em | Juros sobre o Capital Próprio Pagos | _ | (2) |
| | 31 de deze | | Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos | _ | (2) |
| | 2017 | 2016 | • | 17.129 | |
| Lucas Limites de Busanista | | | Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | | (1.356) |
| Lucro Líquido do Exercício | 80.364 | 114.046 | Início do Exercício | 4.467 21.596 | 5.823 4.467 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 1.534 | 13.954 | Fim do Exercício | 21.596 17.129 | |
| Resultado Abrangente do Exercício | 81.898 | 128.000 | Aumento/(neutição) de Caixa e Equivalentes de Caixa | 17.129 | (1.356) |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DE | MONSTRAÇÃO DAS MUTA | IÇOES DO PATRIMONIO LIC | QUIDO - Em Milhares de Reais | | | |
|---|---------------------|-------------------------|------------------------------|-------------------------------------|------------|-----------|
| | | Reservas d | le Lucros | Outros Resultados Abrangentes | Lucros | |
| Eventos | Capital Social | Legal | Estatutária | (Investidas) | Acumulados | Totais |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | 350.000 | 14.748 | 386.414 | (15.488) | _ | 735.674 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 114.046 | 114.046 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | 13.954 | - | 13.954 |
| Resultados Abrangentes do Exercício | - | - | - | - | - | 128.000 |
| Aumento do Capital Social por Subscrição | 37.880 | - | - | - | - | 37.880 |
| Aumento do Capital Social com Reservas | 9.500 | - | (9.500) | - | - | - |
| Destinações: - Reservas | - | 5.702 | 49.654 | - | (55.356) | - |
| - Juros sobre o Capital Próprio | | | | | (58.690) | (58.690) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 397.380 | 20.450 | 426.568 | (1.534) | - | 842.864 |
| Lucro Líquido do Exercício | - | - | - | - | 80.364 | 80.364 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | 1.534 | - | 1.534 |
| Resultados Abrangentes do Exercício | - | - | - | - | - | 81.898 |
| Aumento do Capital Social por Subscrição (Nota 11a) | 49.887 | - | - | - | - | 49.887 |
| Aumento do Capital Social com Reservas (Nota 11a) | 1.450 | - | (1.450) | - | - | - |
| Redução de Capital (Nota 11a) | (439.405) | - | - | - | - | (439.405) |
| Destinações: - Reservas | - | 4.018 | 23.346 | - | (27.364) | - |
| - Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11e) | | | | | (53.000) | (53.000) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 9.312 | 24.468 | 448.464 | - | - | 482.244 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

Á Titanium Holdings S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, aquisição e transferência de participações acionárias.

Sobre as quais foram constituídos. Ós créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

A provisão para imposto de renda é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para imposto de renda é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para imposto de renda é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para imposto de renda é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para imposto de renda é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota-base de 15% do lucro tributável, a crescida de adicional de 10%. A provisão para imposto de renda é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda e contribuição socials, de acordo com as respectivas legislações realiprovisões para os demais impostos e contribuições socials, de acordo com as respectivas legislações realiprovisões para os demais impostos e contribuições socials, de acordo com as respectivas legislações de 15% do lucro tributável, a formações realiprovisões para os demais impostos e contribuições socials, de acordo com as respectivas legislações realiprovisões para os demais impostos e contribuições socials, de acordo com as respectivas legislações de 15% do lucro tributável, a formações de 15% do lucro tributável, a formaçõe

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a

Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais. b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim k) Eventos subsequentes sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está São compostos por: apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros

(ii) Empréstimos e recebíveis

(i) Classificação dos ativos financeiros

Ativos financeiros para negociação Ativos financeiros para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. 4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017: ao resultado do período, estão apresentados na Nota 7.

Os empréstimos e recebíveis, compostos por valores a receber, são ativos reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros: quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 8.

(iii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico O valor de mercado dos ativos financeiros são apurados de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos simila-

res, precos cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 9.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2017 e de 2016, não houve perda por impairment.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais

são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25. sendo: recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é pro- dos processos. vável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulprocessos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocagação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: sionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a

sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconheci6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

dos integralmente nas demonstrações contábeis O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados

na Nota 10. a) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b. (ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 11e.

h) Imposto de renda e contribuição social Ós créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa 8) VALORES A RECEBER fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2018. reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíguota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão

> composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos a realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 16

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes

de avaliação patrimonial j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 18.

resultado e patrimônio líquido da Companhia.

• No exercício de 2017, não houve novas normas contábeis e alterações em normas existentes que trouxeram efeitos relevantes ao

 CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ac CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o

vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38, foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia avaliou que as perdas por redução ao valor recuperável (impairment) não terão reflexo para os ativos avaliados no modelo do CPC 48. CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou servicos. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30

ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terão impactos; e CPC 06 - Leasing (IFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) todas as operações de arrendamento mercantil são ativadas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual leasing financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

5) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indireta-

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em 31 de dezembro 2017 2016 Depósito bancário.. Fundos de investimentos financeiros (1) 21.590 4.461 Total. 21.596 4.467

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da (1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos de 98% da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 16.221 (2016 - R\$ 23.803), com vencimento em dezembro de 2018, sendo seu valor usto igual ao valor contábil.

de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações Refere-se a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2021 no montante de R\$ 479.847 (2016 - R\$ 436.414).

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52 Sede: Cidade de Deus. Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

16.951

9) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 36.009 (2016 - R\$ 68.107). Em 31 de dezembro

| Empresas | Capital Social | Patrimonio Líquido Ajustado | Resultado Ajustado | Quantidade de Ações Possuídas (em mil) | | | | stimentos | Ajuste Decorrente de Avaliação (2) | |
|--------------|----------------|-----------------------------------|-----------------------|---|----|---|------|-----------|---------------------------------------|--------|
| | | | | ON | PN | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Bradesco (1) | 59.100.000 | 117.844.345 | 17.089.364 | - | - | - | - | 409.445 | 36.008 | 68.105 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | 21 | 1 | 2 |
| Total | | | | | | | - | 409.466 | 36.009 | 68.107 |

(1) Em 29 setembro de 2017, deliberou reduzir o Capital Social no montante de (R\$ 439.405), mediante a entrega de investimentos de propriedade da Companhia, sendo: 23.654.405 ações ON do Bradesco, das quais 11.827.203 transferidas para a acionista Cidade de Deus, no montante de R\$ 219.697, e 11.827.202 transferidas para a acionista Nova Cidade, no montante de R\$ 219.696; e 900 ações PN da Bradespar, das quais 450 transferidas para a acionista Cidade de Deus, no montante de R\$ 6, e 450 transferidas para a

(2) O valor de R\$ 36.009 em 2017, refere-se a: (i) receita de JCP - Juros sobre o Capital Próprio do Bradesco, no montante de R\$ 7.604, (ii) resultado de equivalência patrimonial no Bradesco até 30 de junho de 2017, no montante de R\$ 28.404, (iii) e na Bradespar no

Outras.

Ativos

12.808

Caixa/disponibilidades.

Valores a receber ...

Receitas com juros...

Receitas/(despesas) de

Receitas/(despesas) de

Cidade de Deus");

(3) BBD Participações S.A. ("BBD").

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber).

Imposto de renda e contribuição social do exercício...

Imposto de renda e contribuição social do exercício.

Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)..

Imposto de renda e contribuição social devidos..

aplicação.

(2) Bradesco; e

respectivamente

Outros valores

Impostos correntes

Impostos diferidos

2018.

A partir de 2021.

da subscrição.

Diretor Geral Josué Augusto Pancini

Diretoria

425

512

Total dos créditos tributários.

Obrigações fiscais diferidas....

e) Tributos a compensar ou a recuperar

f) Impostos e contribuições a recolher

renda e contribuição social.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

18) EVENTOS SUBSEQUENTES

juros sobre capital próprio

Aplicações financeiras....

Juros sobre capital próprio

14) RESULTADO FINANCEIRO

Receitas sobre aplicações financeiras ..

Variação monetária de contrato de mútuo a receber

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

45.050

(53.000)

Controlador (1)

Controlador (1)

2017 2016 ___

49.887

212

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

(58.690)

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição socia

Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%,

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Participações em coligadas, tributadas nas empresas correspondentes

Constituição/(realização), no exercício, sobre adições temporárias.....

Influência

significativa (2)

Influência

2017

7.604

1.445

(1) Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") e Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova

2016

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo não circulante, no montante de R\$ 5.039 (2016 - R\$ 2.512), refere-se a imposto de

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 45.050, mediante a subscrição de 7.231.372 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 6,23 por ação, para subscrição pelos acionistas na proporção de suas participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Alexandre da Silva Glüher

Maurício Machado de Minas Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano

Impostos e contribuições a recolher, em 2016, no montante de R\$ 2,660, refere-se a imposto de renda pessoa jurídica.

Diretores

4.355

4.380

562

Imposto de renda

22

4.238

4.260

25

significativa (2)

2016

23.803

15.447

25.828

2.941

2017

16.221

10) PROVISÕES. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com procesos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se Total a: (i) não inclusão, na base de cálculo do Pis e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributa- 15) PARTES RELACIONADAS ção das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticajudicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 16.820 (2016 - R\$ 12.022). A Administração da Companhia das com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisio-

nadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Movimentação das provisões Em 31 de dezembro 2017 No início do período.. 12.808 Atualizações monetárias .. 1.235 973 2.908

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de a receber. duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de Passivos benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como 'autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2017 e 2016, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No final do período

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em 31 de dezembro 2017 2016 Ordinárias - classe "A" (I). 41.251.275 38.920.135 38.920.136 Ordinárias - classe "B" (II). 41.251.276 Total .. 82.502.551 77.840.271 (I) Cada ação ordinária, classe "A", corresponde a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais; e

(II) As ações ordinárias classe "B" são conversíveis, a qualquer tempo e a critério de seus titulares, em ações preferenciais-resgatáveis Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 49.887,

elevando-o de R\$ 397.380 para R\$ 447.267, mediante a subscrição de 4.662.280 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 2.331.140 da classe "A" e 2.331.140 da classe "B". Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.450,

elevando-o R\$ 447.267 para R\$ 448.717, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social) Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de setembro de 2017, deliberou-se reduzir o Capital Social, no montante de R\$ 439.405, diminuindo-o R\$ 448.717 para R\$ 9.312, sem o cancelamento de ações, mediante a entrega ás acionistas, de investimentos de proprie- Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:

dade da Sociedade, a fim de ajustar o valor do capital próprio da Sociedade que se mostra excessivo ás suas efetivas necessidades. b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

| | LI | II 31 de dezembro |
|--|--------|-------------------|
| | 2017 | 2016 |
| Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores | 80.364 | 114.046 |
| Número médio ponderado de ações em circulação (milhares) | 81.337 | 76.908 |
| Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais) | 0,99 | 1,48 |
| c) Lucro por ação diluído | | |

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício. até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Provisão para contingência fiscal Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital Outras.

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

Juros sobre o capital próprio e divid

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

| O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro o | de 2017, está demonst | irado a seguir: |
|---|-----------------------|-----------------|
| | R\$ mil | % (1) |
| Lucro líquido do exercício | 80.364 | |
| Reserva legal | (4.018) | |
| Base de cálculo ajustada | 76.346 | |
| Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2) | 53.000 | |
| Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% | (7.950) | |
| Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017 | 45.050 | 59,0 |
| Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016 | 49.887 | 46,0 |
| (1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo: e | | |

(2) Provisionamento de JCP Complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2017.

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

| | Exercícios findos en | n 31 de dezembro |
|---------------------------------------|----------------------|------------------|
| | 2017 | 2016 |
| COFINS | 2.475 | 4.284 |
| PIS | 434 | 803 |
| Outras | 24 | 3 |
| Total | 2.933 | 5.090 |
| 13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS | | |
| | Exercícios findos en | n 31 de dezembro |
| | 2017 | 2016 |
| Patrocínios e doações | 375 | 306 |
| Editais e publicações | 122 | 93 |
| | | |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorcões relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação

omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgaçõe feitas pela administração.

· Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em

continuidade operacional Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das consta tações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante

Osasco, 20 de abril de 2018

KPMG

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário **Caderno Empresarial 2**

Exercícios findos em 31 de dezembro

2016

Total

2017 2016

16.221

45.050

Exercícios findos em 31 de dezembro

2017

43.433

(45.396)

1.445

Exercícios findos em 31 de dezembro

Exercícios findos em 31 de dezembro

79.934

(27.177)

12.243

15.434

2017

Constituição

1.409

1.439

30

420

Contribuição social

(70)

(983)

1.413

Realização

1.526

1.533

26

479.847

53.810

4.103

57.934

23.803

15.447

49.887

2016

53.810

(32.862)

2.941

120.526

(40.979)

23.156

(8.782)

19.955

(8.540)

2.060

(6.480)

5.764

5.793

4.811

29

5.764

5.793

Total

Marcos Aparecido Galende Contador - CRC 1SP201309/O-6

982

29

2017

2016

Em 31 de dezembro

170

436.414

2017

Outras partes

relacionadas (3)

Outras partes

relacionadas (3)

479.847

43.433

2017 2016

436.414

53.598

43,433

3.884

47.370

53

| BALANÇO | |
|----------------------------|---|
| CELTA HOLDINGS S.A. | 4 |
| SCOPUS INDUSTRIAL S.A. | 6 |
| SCOPUS SOLUÇÕES EM TI S.A. | 8 |
| TITANIUM HOLDINGS S.A | 2 |
| | |

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Titanium Holdings S.A.

Aos Acionistas e aos Administradores da

Osasco - SP

Total.

Examinamos as demonstrações contábeis da Titanium Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Titanium Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente

e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo nossos trabalhos. com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continual

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das KPMG Auditores Independentes monstrações contábeis







Volume 128 • Número 75 Página 3 São Paulo, terça-feira, 24 de abril de 2018



(439.405)

482.244

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52

Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Titanium Holdings S.A. (Companhia) registrou Lucro Líquido de R\$ 80.364 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 482.244 mil, Ativos Totais de R\$ 545.316 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 53.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Em março de 2017, a Companhia deliberou aumentar o Capital Social com emissão de novas ações no montante de R\$ 49.887 mil, elevando-o de R\$ 397.380 mil para R\$ 447.267 mil, em abril de 2017 com Reservas de Lucros - Estatutária no montante de R\$ 1.450 mil, elevando-o de R\$ 447.267 mil para R\$ 448.717 mil.

Em setembro de 2017, a Companhia deliberou reduzir o Capital Social no montante de R\$ 439.405, diminuindo-o R\$ 448.717 para R\$ 9.312, sem

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários

Cidade de Deus, Osasco, 16 de abril de 2018.

| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais | | | | | | | | | | |
|--|---------|---------|--|---------|---------|--|--|--|--|--|
| ATIVO | 2017 | 2016 | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2017 | 2016 | | | | | |
| CIRCULANTE | 37.817 | 43.717 | CIRCULANTE | 45.139 | 52.623 | | | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6) | 21.596 | 4.467 | Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16f) | - | 2.660 | | | | | |
| Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7) | 16.221 | 23.803 | Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11e) | 45.050 | 49.887 | | | | | |
| Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 15a) | - | 15.447 | Outras Obrigações | 89 | 76 | | | | | |
| NÃO CIRCULANTE Realizável a Longo Prazo Valores a Receber (Nota 8) Depósitos Judiciais (Nota 10b) Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e) | 507.499 | 865.140 | NÃO CIRCULANTE | 17.933 | 13.370 | | | | | |
| Realizável a Longo Prazo | 507.499 | 455.674 | Provisão para Impostos e Contribuições | 982 | 562 | | | | | |
| Valores a Receber (Nota 8) | 479.847 | 436.760 | Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10b) | 16.951 | 12.808 | | | | | |
| Depósitos Judiciais (Nota 10b) | 16.820 | 12.022 | | | | | | | | |
| Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e) | 5.039 | 2.512 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 482.244 | 842.864 | | | | | |
| Créditos Iributários (Nota 16c) | 5.793 | 4.380 | Capital Social (Nota 11a) | 9.312 | 397.380 | | | | | |
| Investimentos (Nota 9) | - | 409.466 | Capital Social (Nota 11a) | 472.932 | 447.018 | | | | | |
| | | | Outros Resultados Abrangentes | - | (1.534) | | | | | |
| TOTAL | 545.316 | 908.857 | TOTAL | 545.316 | 908.857 | | | | | |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis. | | | | | | | | | | |

| | As Notas Explic | ativas são parte inte | grante das Demonstrações Contábeis. | | |
|--|--|--------------------------|---|---------------------------|------------------------|
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais | | | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de F | Reais | |
| | Exercícios findos er | n 31 de dezembro 2016 | | Exercícios findos em 2017 | 31 de dezembro 2016 |
| RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS | 79.934 | 120.526 | Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | |
| Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9) | 36.009 | 68.107 | Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 79.934 | 120.526 |
| Resultado Financeiro (Nota 14) | 47.370 | 57.934 | Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos: | | |
| Despesas Tributárias (Nota 12) | (2.933) | (5.090) | Resultado de Equivalência Patrimonial | (36.009) | (68.107) |
| Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13) | (512) | (425) | Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras | (44.908) 2.908 | (56.677) |
| · | ` , | , , | Provisão para Riscos Fiscais. | 2.908 1.925 | 5.087 829 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 79.934 | 120.526 | Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos | 8.999 | (23.803) |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16) | 430 | (6.480) | (Aumento)/Redução em Ativos | (3.985) | 20.596 |
| · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | | (| Aumento/(Reducão) em Obrigações | (7.938) | (10.959) |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 80.364 | 114.046 | Àumento/(Redução) em Obrigações | (4.144) | (7.567) |
| Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso | | | Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais | (5.143) | (20.904) |
| em R\$ por ação) (Nota 11b) | | | Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: | | |
| Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b) | 0,99 | 1,48 | Alienação de Investimentos | 361 | - |
| | -, | | Alienação de Investimentos | 21.911 | 19.550 |
| As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contáb | eis. | | Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos | 22.272 | 19.550 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares d | - Danie | | Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos: | | |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EM MIINARES O | e Heals | | Juros sobre o Capital Próprio Pagos | - | (2) |
| | Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos | - | (2) | | |
| | Exercícios findos er 2017 | 2016 | Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | 17.129 | (1.356) |
| Lucro Líquido do Exercício | 80.364 | 114.046 | Início do Exercício | 4.467 | 5.823 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | 1.534 | 13.954 | Fim do Exercício | 21.596 | 4.467 |
| Resultado Abrangente do Exercício | 81.898 | 128.000 | Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | 17.129 | (1.356) |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais Outros Resultados Abrangentes Lucros Capital Social Legal Estatutária (Investidas) Totais Saldos em 31 de dezembro de 2015. 735.674 386.414 114.046 13.954 13 954 Aumento do Capital Social por Subscrição 37.880 37.880 Aumento do Capital Social com Reservas 9.500 (9.500)49.654 5.702 - Juros sobre o Capital Próprio (58.690) (58.690)Saldos em 31 de dezembro de 2016. 20.450 426.568 397.380 (1.534)80.364 80.36 1.534 1.534 49.887 49.887

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

1.450

(439.405)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Destinações: - Reservas...

Lucro Líquido do Exercício..

Aiuste de Avaliação Patrimonial

Redução de Capital (Nota 11a).

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Titanium Holdings S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, aquisição e lou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados contabilmente, com base nas expectativas atuais veis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 16 de abril de 2018.

- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11e) .

Saldos em 31 de dezembro de 2017

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam

todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encer
i) Apuração do resultado

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a) Moeda funcional e de apresentação

Os titens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de realis.

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de realis. b) Caixa e equivalentes de caixa

caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apriesentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são compostos por: conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6. c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros Ativos financeiros para negociação

aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, estão apresentados na Nota 7 (ii) Empréstimos e recebíveis

b) Normas, alterações e interpretações de cos empréstimos e recebíveis, compostos por valores a receber, são ativos reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de b) Normas, alterações e interpretações de de juros. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 8

(iii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros são apurados de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40. d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é Os investinientos em sociedades conionadas e conjadas sao registrado e avalidado e reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão

e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos

nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira conflável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2017 e de 2016, não houve perda por *impairment*.

acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo: Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensa-

ção com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; cao com outro passivo exigine. Os atrivos comingentes, cuja expectativa de entre entre en soa uniquados más notas expiricativas, Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passi-

vos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações

6) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

o detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 10. q) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de Total. ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b (ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 11e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Ós créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e 8) VALORES A RECEBER

de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

ramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado

abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial. pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base pro rata dia).

 Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que Os eventos subsequentes estão descritos na Nota 18.

4) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

Ativos financeiros para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017: No exercício de 2017, não houve novas normas contábeis e alterações em normas existentes que trouxeram efeitos relevantes ao resultado e patrimônio

(1.450)

23.346

448.464

líquido da Companhia. ormas aplicáveis a períodos futuros: transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva • CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e submetidos ao teste de SPPI; (iii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias constantes no

CPC 38, tais como a de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38, foi O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48 A Companhia avaliou que as perdas por redução ao valor recuperável (impairment) não terão reflexo para os ativos avaliados no modelo do CPC 48. CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui

o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terão impactos; e CPC 06 - Leasing (ÍFRS 16) - As principais alterações são: (i) não há mais a classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) todas as operações

de arrendamento mercantil são ativadas e lançadas em passivo, devendo-se reconhecer juros passivos e depreciações/amortizações, utilizando-se o procedimento do atual leasing financeiro. O CPC 06 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.

exercícios de 2017 e de 2016, não houve perda por *impairment*.

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco
f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de

("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetua a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços

Nível 3

Em 31 de dezembro 2017 2016 Depósito bancário.. Fundos de investimentos financeiros (1)... 4.461 21.596 4.467 (1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas

que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco. 7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos de 98% da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 16.221 (2016 - R\$ 23.803), com vencimento em dezembro de 2018, sendo seu valor justo igual ao valor contábil.

de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão" Refere-se a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2021, no montante de R\$ 479.847 (2016 - R\$ 436.414)

9) INVESTIMENTOS Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 36.009 (2016 - R\$ 68.107).

Em 31 de dezembro

| Empresas | Capital Social | Patrimônio Líquido Ajustado | Resultado Ajustado | Quantidade d Possuídas (| | Participação no Capital Social (%) | Total dos Inve | stimentos | Ajuste Decorrente d | de Avaliação (2) |
|---|----------------|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------------|--------------|---------------------------------------|----------------|-----------|---------------------|------------------|
| | | | | ON | PN | | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| Bradesco (1) | 59.100.000 | 117.844.345 | 17.089.364 | - | | - | | 409.445 | 36.008 | 68.105 |
| Outros | - | - | - | - | - | - | - | 21 | 1 | 2 |
| Total | | | | | | | - | 409.466 | 36.009 | 68.107 |
| (4) = 00 + 1 + 001= 1 1 + 1 + 0 + 1 + 0 + 1 + 0 + 1 + 0 + 1 + 0 + 1 + 0 + 1 + 0 + 1 + 0 + 0 | (DA 100 105) | | | | 00.054.405 ~ | 011 1 B 1 1 | 11.00=.000 : | 6:1 | | 1 DA 010 007 |

(1) Em 29 setembro de 2017, deliberou reduzir o Capital Social no montante de (R\$ 439.405), mediante a entrega de investimentos de propriedade da Companhia, sendo: 23.654.405 ações ON do Bradesco, das quais 11.827.203 transferidas para a acionista Cidade de Deus, no montante de R\$ 219.696; e 900 ações PN da Bradespar, das quais 450 transferidas para a acionista Cidade de Deus, no montante de R\$ 6; e (2) O valor de R\$ 36.009 em 2017, refere-se a: (i) receita de JCP - Juros sobre o Capital Próprio do Bradesco, no montante de R\$ 1.

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tri-

bunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do Pis e da Cofins, dos 11) PATRIMÓNIO LÍQUIDO Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financiarias. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais a) Composição do capital social em ações são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 16.820 (2016 - R\$ 12.022). O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

| | | Em 31 de dezembro |
|---|--------|-------------------|
| | 2017 | 2016 |
| No início do período | 12.808 | 6.747 |
| Atualizações monetárias | 1.235 | 973 |
| Constituição | 2.908 | 5.088 |
| No final do período | 16.951 | 12.808 |
| As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a impr no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída | | |

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 2017 e 2016, não há processos contingentes avaliados com risco

| | | Em 31 de dezembro |
|------------------------------|------------|-------------------|
| | 2017 | 2016 |
| Ordinárias - classe "A" (I) | 41.251.275 | 38.920.135 |
| Ordinárias - classe "B" (II) | 41.251.276 | 38.920.136 |
| Total | 82.502.551 | 77.840.271 |
| | | |

(I) Cada ação ordinária, classe "A", corresponde a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais; e

(II) As ações ordinárias classe "B" são conversíveis, a qualquer tempo e a critério de seus titulares, em ações preferenciais-resgatávei: Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 49.887, elevando-o de R\$ 397.380 para R\$ 447.267, mediante a subscrição de 4.662.280 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 2.331.140 da classe "A" e 2.331.140 da classe "B".

Em Asembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.450, elevando-o R\$ 447.267 para

R\$ 448.717, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária".

Titanium Holdings S A

| ı | Iitai | IIIIII I II | olulliga S.A. | • | | | | | | | |
|--|---|---|--|---|----------------|----------------|-----------------|----------------|--------------------|----------------|------------------|
| ı | | CNPJ 07.13° | 1.759/0001-52 | | | | | | | | |
| ı | | Sede: Cidade de | Deus, Osasco - SP | | | | | | | | |
| ı | }_ | ~~~~ | | | | | | | | | |
| ı | NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇ | OES CONTABEIS | Em milhares de reais, exceto quai | ndo de outra fo | rma menciona | ido) | | | | | |
| ı | Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de setembro de 2017, deliberou-se reduzir o Capital Social, no montante de R\$ 439.405, dim | | _ | | | | | | Exercícios | findos em 31 c | de dezembro |
| para R\$ 9.312, sem o cancelamento de ações, mediante a entrega ás acionistas, de investimentos de propriedade da Sociedade, a fim de ajustar o valor do | | | | | | Influên | | Outras p | | | |
| ı | capital próprio da Sociedade que se mostra excessivo ás suas efetivas necessidades. b) Lucro por ação básico | | - | Controlador (1) significati 2017 2016 2017 | | | | 2016 | Total 2017 2016 | | |
| ı | D cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das acões ordinárias em circulação, não haven | ndo fatores de diluição | Receitas com juros | | 212 | 2017 | 2016 | 2017 43.433 | 53.598 | 43,433 | 53.810 |
| ı | do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir: | nao natoroo ao anaiyao | Receitas/(despesas) de juros | | 212 | | | 40.400 | 30.330 | 40.400 | 33.010 |
| ı | | Em 31 de dezembro | sobre capital próprio | (53.000) | (58.690) | 7.604 | 25.828 | - | - | (45.396) | (32.862 |
| ı | 2017 | 2016 | Receitas/(despesas) de | | | | | | | | |
| ı | Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores 80.364 Número médio ponderado de ações em circulação (milhares) 81.337 | 114.046 76.908 | aplicação | - | - | 1.445 | 2.941 | - | - | 1.445 | 2.941 |
| ı | Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais) | 1.48 | 1 Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") e Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus"); | | | | | | | | |
| ı | c) Lucro por ação diluído | , - | (2) Bradesco; e | ` | | | | | | | |
| Ó lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis. | | | | | | | | | | | |
| ı | d) Reservas de lucros | | | bem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia. | | | | | | | |
| ı | (i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integral tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital | gal 16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | | | | | | | | |
| ı | (ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operacões ativas da Cor | | | | | enda e contrib | uição social | | | | |
| ı | constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Co | | -, | g | , | | , | | Evereícies | findos em 31 c | do dozombro |
| ı | ção e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e | | | | | | | _ | 2017 | | 2016 |
| ı | (iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresent destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigid | | Resultado antes dos tributos (im | posto de renda | e contribuiçã | o social) | | | 79.934 | | 120.526 |
| ı | deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 19 | | Encargo total do imposto de renda | | | s de 25% e 9% | , respectivamen | te | (27.177) | | (40.979 |
| ı | e) Juros sobre o capital próprio e dividendos | -/- | Efeito das adições e exclusões n | | | | | | | | |
| ı | Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados corre | spondam, no mínimo, | Participações em coligadas, tributa Juros sobre o capital próprio (recel | | | | | | 12.243 | | 23.156 (8.782 |
| ı | a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária. | | Juros sobre o capital próprio (recei | | | | | | 15.434 | | 19.955 |
| ı | O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir: | | Outros valores | | | | | | (70) | | 170 |
| 1 | R\$ mil | <u> </u> | Imposto de renda e contribuição | social do exer | cício | | | | 430 | | (6.480 |
| 1 | Lucro líquido do exercício | | b) Composição da conta de resu | iltado de impos | sto de renda e | contribuição s | social | | | | |

Exercícios findos em 31 de dezembro

| a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária. O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está d | • | sspondam, no minimo, |
|---|---|----------------------|
| Lucro líquido do exercício | R\$ mil 80.364 (4.018) 76.346 53.000 (7.950) 45.050 | % (1) 59,0 |
| Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2016 | 49.887 | 46,0 |
| Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e Provisionamento de JCP Complementar, deliberado em 26 de dezembro de 2017. | | |

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

| | 2017 | 2016 | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|-------|--|
| COFINS | 2.475 | 4.284 | |
| PIS | 434 | 803 | |
| Outras | 24 | 3 | |
| Total | 2.933 | 5.090 | |
| 13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS | | | |
| • | Exercícios findos em 31 de dezembro | | |
| - | 2017 | 2016 | |
| Patrocínios e doações | 375 | 306 | |
| Editais e publicações | 122 | 93 | |
| Outras | 15 | 26 | |
| Total | 512 | 425 | |

Exercícios findos em 31 de dezembro **2016** 53.810 43.433 Variação monetária de contrato de mútuo a receber Receitas sobre aplicações financeiras 3.884

15) PARTES RELACIONADAS As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros. quando aplicável, vigentes nas datas das operações

| , | | • | | | | | Em 31 d | de dezembro | |
|-------------------------------|-----------------|------|--|--------|---------|-------------------|---------|-------------|--|
| | Controlador (1) | | Influência Controlador (1) significativa (2) | | | Outras prelaciona | | Total | |
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 | |
| Ativos | | | | | | | | | |
| Caixa/disponibilidades | - | - | 6 | 6 | - | - | 6 | 6 | |
| Aplicações financeiras | - | - | 16.221 | 23.803 | - | - | 16.221 | 23.803 | |
| Valores a receber | - | - | - | - | 479.847 | 436.414 | 479.847 | 436.414 | |
| Juros sobre capital próprio a | | | | | | | | | |
| receber | - | - | - | 15.447 | - | - | - | 15.447 | |
| Passivos | | | | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio a | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | |

| | 2017 | 2016 | |
|--|-------------------|-------------------|--|
| Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social) | 79.934 | 120.526 | |
| Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos: | (27.177) | (40.979) | |
| Participações em coligadas, tributadas nas empresas correspondentes | 12.243 | 23.156 | |
| Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber) | - | (8.782) | |
| Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar) | 15.434 | 19.955 | |
| Outros valores | (70) | 170 | |
| Imposto de renda e contribuição social do exercício | 430 | (6.480) | |
| b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social | | | |
| , , , | Exercícios findos | em 31 de dezembro | |
| | 2017 | 2016 | |
| Impostos correntes | | | |

Impostos correntes
Imposto de renda e contribuição social devidos.
Impostos diferidos (8.540)Constituição/(realização), no exercício, sobre adições temporárias... 1.413 2.060 Imposto de renda e contribuição social do exercício c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos Em 31 de dezembro

2016 4.355 **2017** 5.764 Provisão para contingência fiscal.. 1.439 420 Total dos créditos tributários 5.793 Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais 3.818 1.019 26 4.811 d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias Diferenças temporárias

A partir de 2021...

Total 4.260 1.533 5.793 A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e) Tributos a compensar ou a recuperar

Ós tributos a compensar ou a recuperar, no ativo não circulante, no montante de R\$ 5,039 (2016 - R\$ 2,512), refere-se a imposto de renda e contr

4.238

f) Impostos e contribuições a recolher ostos e contribuições a recolher, em 2016, no montante de R\$ 2.660, refere-se a imposto de renda pessoa jurídica

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

18) EVENTOS SUBSEQUENTES
Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 45.050, mediante a subscrição de 7.231.372 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 6,23 por ação, para subscrição pelos acionistas na proporção de suas

participações no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista, no ato da subscrição. ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Alexandre da Silva Glüher Maurício Machado de Minas **Diretor Geral** Josué Augusto Pancini Marcelo de Araújo Noronha

> Marcos Aparecido Galendo Contador - CRC 1SP201309/O-6

5.764

Aos Acionistas e aos Administradores da

data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Titanium Holdings S.A. Osasco - SP

14) RESULTADO FINANCEIRO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Titanium Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Titanium Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Admi-

nistração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, ações, ou não tenha nenhuma alterr ativa realista nara evitar o en

mento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações KPMG Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, indeper dentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceti-

cismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis Avaiantos a apresentação gerta, a estrutura e o contectou das demonstrações contades, inclusive as divulgações e as demonstrações contades representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalho:

Osasco, 20 de abril de 2018

KPMG CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola Contador CRC 1SP214007/O-2

EFICIÊNCIA E VISIBILIDADE, **AGORA EM DOSE DUPLA**



Ao combinar o seu anúncio no Valor e no O Globo, seus resultados impactam:

26 MILHÕES DE LEITORES* **IMPRESSO + DIGITAL**

19,5 MILHÕES de leitores investidores

7 MILHÕES de sócios, c-levels,

diretores ou gerentes sócios ou autônomos

ANUNCIE

11 3767.7043 | 21 3521.1417 | 61 3717.3333

valor.com.br/comunicacaocominvestidores

Fonte: leitores impresso Kantar Ibope Media Target Group Index BR TG 2017 II (2016 2s + 2017 1s) v1.0 - Pessoas, leitores impresso 7 dias jornal e 30 dias versão lido via Midia Online, com projeção Brasil base IVC. Leitores Digital comScore Inc., MMX Multi-Platform, Desktop 6+ Mobile 18+, Home & Work, dezembro17, Brasil | *Total Leitores = Somados digital + impresso com sobreposição de leitores

A divulgação do Balanço Anual é uma grande oportunidade para expor a boa governança de sua empresa para os nossos leitores.

Alie sua transparência à credibilidade do maior jornal de economia e negócios do país e a mais de 90 anos de história do O Globo.



